



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10926 - Resumo Expandido - Pôster - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

**REGULAÇÃO POR RESULTADOS: ESTRATÉGIAS DO BANCO MUNDIAL ENVOLVENDO A GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO CENÁRIO PÓS-2000**

Aline Bettiolo dos Santos - UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

**REGULAÇÃO POR RESULTADOS: ESTRATÉGIAS DO BANCO MUNDIAL ENVOLVENDO A GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO CENÁRIO PÓS-2000**

O trabalho tem por objetivo abordar algumas recomendações emitidas pelo Banco Mundial (BM) em documentos publicados ao longo da primeira década do século XXI. Está articulado a um projeto maior, cujo interesse investigativo envolve as políticas de regulação por resultados e o governo democrático da educação básica. Também se articula a um estudo que vem sendo desenvolvido com vistas a discutir interfaces entre a regulação educacional por resultados na política de gestão da educação básica brasileira e as orientações do BM, no cenário pós-2000. Trata-se, portanto, da amostra de um estudo documental, de perspectiva qualitativa, cujas bases se firmam no materialismo histórico dialético. Nesse sentido, regulação por resultados, gestão educacional e BM compõem uma espécie de tríade que identifica o escopo da investigação, a qual se situa no contexto das transformações advindas das contradições entre capital e trabalho no capitalismo contemporâneo.

Na linha do referencial de regulação educacional por resultados subjacente às orientações do BM, uma das suas estratégias para orientar a gestão da educação é a governança, que segue afinada com a concepção de regular por resultados. Reis (2013) explicita algumas perspectivas de governança e regulação e conclui que correspondem a conceitos distintos. Que a noção de regulação tem uma dimensão macroeconômica, enquanto a de governança tende a ter uma dimensão setorial. Ao abordá-los no campo educacional, a autora pondera que ambos têm um caráter sistêmico, são distintos, mas podem ser ambos usados na análise empírica. Entre suas considerações, cabe sublinhar que “a governança está presente na regulação da educação, sendo que a história e o território podem ou não revelar que a um modo de regulação típico corresponde um modelo de governança

predominante” (REIS, 2013, p. 115, grifo da autora).

A governança não se origina a partir das publicações dos anos 2000, no entanto, tende a ser uma das estratégias em que o BM aposta como sinônimo de inovar a gestão educacional. Nas publicações selecionadas para esta amostra (WORLD BANK, 2002; 2004; 2005; 2007; 2007a; 2007b; E 2007c), a governança é uma das categorias proeminentes, que tende a ter seu conteúdo camuflado pelo discurso de *preocupação* em prol do desenvolvimento humano, do crescimento econômico e da redução da pobreza. Outras categorias representativas das estratégias da agência consistem nas avaliações em larga escala e na *accountability*.

Com atenção aos subsídios teórico-metodológicos que Evangelista e Shiroma (2019) propõem para o trabalho com documentos de política educacional, importa captar relações entre trabalho e capital e o papel que nelas ocupam o Estado. Dentro desse processo analítico e consoante com a base teórica que ajuda a fundamentar a análise, as categorias emergem de uma problemática, porém, não de forma mecânica e isolada. Assim, abordar a educação e, de modo mais específico, o domínio da gestão educacional, implica levar em conta que ambas fazem parte de uma totalidade constitutiva da totalidade social.

As estratégias defendidas pelo BM em torno da política educacional de países em desenvolvimento e dos chamados países pobres, e que atravessam o campo da gestão da educação não podem ser descoladas de um processo histórico, que é anterior aos anos 2000. Nessa direção, cabe referir o contexto que remonta ao período de substituição da base fordista de produção, pelo toyotismo. Nele estão envolvidos os princípios do neoliberalismo, bem como, a ideia de não só modernizar o trabalho, mas também o Estado e sua gestão, com repercussões, por conseguinte, na educação. Conforme sublinha Souza (2017), no processo de reestruturação produtiva se desenvolve o “espírito do toyotismo”, que não se restringe aos espaços fabris, visto que, há disseminação de seus princípios e seus pilares ideológicos, com impacto nas políticas públicas e, entre elas, as políticas educacionais.

Como é característico da agência, ela busca se organizar para produzir consenso acerca da necessidade dessa modernização, portanto, de reformar, ajustando conforme os interesses econômicos que se apresentaram a partir do cenário de crise nos anos 1970-1980. Aqui também cabe lembrar as ideias de controle e de influência, que integram o conceito de regulação de Aglietta (2000), pois a regulação não está à margem das transformações sociais. Ou seja, o que se destaca aqui, nesse caso, é que a agência representa um sujeito coletivo do setor privado, que disputa o conteúdo e a direção das políticas da educação pública. Ademais, a considerar um contexto em que ganham cena novos modos de regulação, com ênfase na lógica de produzir resultados, a agência não deixa de ser grande veiculadora de tal lógica, pois, atua de modo a ampliar sua influência em determinados países, a exemplo dos da região da América Latina, da África e da Ásia.

Como as estratégias do BM passam ao largo de questões estruturais e intrínsecas ao modo de produção capitalista, em alguns dos documentos citados, a instituição considera que,

embora algumas de suas preocupações não refiram temáticas novas, práticas exitosas que têm sido testadas em um conjunto de países são levadas em conta para expedir as orientações. A agência assinala que age considerando as questões educacionais dentro de um contexto em expansão, no qual sistematicamente se busca a construção de uma chamada capacidade nacional e que esteja em harmonia com os financiadores. Como alguns relatórios são atualizações de outros, o *Education Sector Strategy Update* (ESSU), de 2005, por exemplo, traz alguns elementos tratados como genuinamente novos em relação a relatórios dos anos 1990. E, especificamente, em relação ao relatório de 1999, do qual o ESSU é, declaradamente, uma atualização.

Entre os elementos, em primeiro lugar, consta a inclusão de indicadores de resultados educacionais em documentos estratégicos e nacionais; ênfase na medição dos resultados de aprendizagem; foco nas conexões entre educação e mercado de trabalho; maior ênfase em *accountability* e incentivos aos sistemas a melhorar a oferta dos serviços; além da urgente prioridade da igualdade de acesso e nas questões que envolvem a qualidade da educação (WORLD BANK, 2005, tradução livre).

Tais elementos não são exclusivos do ESSU, até porque despontam em publicações anteriores. Uma das questões para problematização é o quanto eles vêm ganhando cena ao longo do movimento da história. Com base no que os pares têm analisado, e também por explorar outras publicações, o papel do setor privado tem se caracterizado crescente. Isso se soma ao argumento de práticas exitosas que deveriam ser transferidas para a educação sob uma justificativa como é a da qualidade, além de guardar relações com imperativos da razão neoliberal. Nela, “o postulado dessa nova ‘governança’ é que a gestão privada é sempre mais eficaz que a administração pública; que o setor privado é mais reativo, mais flexível, mais inovador, tecnicamente mais eficaz” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 290, grifo dos autores).

A governança se faz presente em relatórios publicados em 2007 aliada ao movimento de reforma, que é referido pelo BM como necessário, a fim de se alcançar as prioridades, ou de se atingir os desafios de um contexto em evolução, conforme a linguagem adotada no documento. A estratégia que refere diretamente o domínio da gestão, é o *School-Based Management* (SBM), cujo conceito envolve entre seus elementos, qualidade, autonomia, gestão, descentralização e *accountability*. No caso desse último elemento, ora ele assume o tom de prestação de contas sobre resultados da aprendizagem e de desempenho docente, por meio de avaliações, consoante a agência incentivadora; Ora assume o tom de responsabilização, a qual recai sobre professores e diretores escolares, principalmente, sem se levar em conta questões estruturais e de conjuntura e, com isso, a própria discussão acerca do Estado tende a ser elidida do conteúdo.

Como forma de impulsionar a obtenção de bons resultados de aprendizagem nos países em desenvolvimento, o BM orienta a SBM. Segundo sua própria definição, “*SBM is a reform movement that consists in allowing schools more autonomy in decisions about their management; that is, in the use of their human, material, and financial resources*” (WORLD

BANK, 2007c, p. 1). Enquanto discurso, descentralização e autonomia figuram como grandes ganhos às instituições que desenvolvem os objetivos previstos na estratégia de SBM. Contudo, a aparente conotação democrática camufla a razão mercantil, que é base das recomendações da agência.

Além da ênfase às parcerias com o setor privado, como uma maneira de resolver problemas educacionais, a responsabilização individual também é enfatizada. O que fica implícito, nesse sentido, é uma retirada de cena do Estado, arquitetada ao passo que ocorre a consolidação dos princípios neoliberais, bem como, a tendência em responsabilizar os professores pelos escores atingidos pelos estudantes nas avaliações. A perspectiva do BM de individualizar a responsabilização como aposta em favor de uma responsabilização coletiva a partir da soma das individuais, tem correspondência com ideias liberais oriundas do debate de Adam Smith, conforme é possível argumentar a partir de um balanço da chamada doutrina liberal realizado por Carnoy (2000).

Ao fim e ao cabo, diversas são as recomendações emitidas pelo BM em seus relatórios da primeira década do século XXI. No que concerne à gestão educacional, governança, avaliações em larga escala e *accountability* são categorias proeminentes no discurso da agência e que tendem a estar associadas ao argumento da qualidade educacional, inovação e necessidade de reformar os sistemas como forma de responder às demandas de um contexto em evolução. Nesse sentido, é oportuno o exercício de uma análise crítica para vislumbrar categorias reiteradas, bem como, as elisões nos argumentos da agência e, ainda, para desmontá-los, pois, na perspectiva do capital, elas tendem a ser naturalizadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Regulação por resultados. Gestão da educação. Banco Mundial. Política educacional.

## REFERÊNCIAS

AGLIETTA, M. **A theory of capitalist regulation: the US experience.** Translated by David Fernbach. London-New York: Verso, 2000.

CARNOY, M. **Estado e teoria política.** 6. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho

com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. *In*: CÊA, G.; RUMMERT, S.; GONÇALVES, L. (org.). **Trabalho e educação**: interlocuções marxistas. Rio Grande: Editora da FURG, 2019. p. 81-124.

REIS, I. Governança e regulação da educação: perspectivas e conceitos. **Educação, Sociedade & Culturas**, Portugal, n. 39, p. 101-118, 2013.

SOUZA, N. N. **Política e gestão da educação básica pública**: o Programa Estrada do Conhecimento no Estado do Tocantins. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

WORLD BANK. **Education for dynamic economies**: action plan to accelerate progress towards Education For All (EFA). Washington, DC, 2002.

WORLD BANK. **World Development Report**. Making services work for poor people. Washington, DC, 2004.

WORLD BANK. **Education Sector Strategy Update**. Achieving Education For All, broadening our perspective, maximizing our effectiveness. Washington, DC, 2005.

WORLD BANK. **What is School-Based Management?** Washington, DC, 2007.

WORLD BANK. **What do we know about School-Based Management?** Washington, DC, 2007a.

WORLD BANK. **Education quality and economic growth**. Washington, DC, 2007b.

WORLD BANK. **Impact evaluation for School-Based Management reform**. Washington, DC, 2007c.